



Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Aprovado por unanimidade - Presidente da Fundação
[Signature]
Em 27/03/2013

RELATÓRIO

e

CONTAS

EXERCÍCIO DE 2012

ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Enquadramento macro-económico	3
1.2 Linhas de Orientação Estratégica	4
1.3 Respostas Sociais Actuais	5
1.4. Respostas Sociais Futuras	6
1.4.1 Unidades de Cuidados Continuados Integrados (UCCI's)	6
1.4.2 Jardim de Infância do Montenegro	8
1.5 Actividades Culturais	8
1.6 Manutenção de Imóveis	8
1.7 Marketing	9
1.8 Recursos Humanos	9
1.9 Análise Económica	10
1.10 Fornecedores	12
1.11 Agradecimentos	12
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2012	14
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2012	15
3. PROPOSTA	16
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	17
5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	18
6. CERTIFICAÇÃO LEGAS DAS CONTAS	20



1. RELATÓRIO

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem a Administração submeter à apreciação e deliberação do Conselho de Fundadores o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Pretende-se com este documento fazer a síntese possível da actividade desenvolvida pela Instituição durante o ano de 2012, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspectivas de evolução futura.

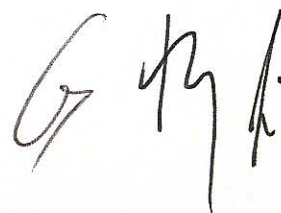
1.1 Enquadramento macro-económico

Quatro anos após a eclosão da crise financeira global, a economia mundial continua sem conseguir atingir os índices de crescimento registados até então. As mais recentes previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para o crescimento dos mercados emergentes e dos países em vias de desenvolvimento, que continuam a ser o verdadeiro dinamizador da economia mundial, crescendo a velocidades claramente superiores às verificadas nos países desenvolvidos.

Após um crescimento de 5,1% em 2010 e de 3,9% em 2011, a economia mundial cresceu 3,2% em 2012, de acordo com o FMI. Esta tendência de desaceleração da atividade económica, particularmente acentuada nos países desenvolvidos, onde a economia cresceu apenas 1,3% em 2012, reflete os problemas da crise da dívida soberana da Zona Euro e as incertezas acerca das medidas de consolidação orçamental dos Estados Unidos da América (EUA). Para 2013, as previsões do FMI apontam para um crescimento de 3,5% da economia mundial, sendo que os principais fatores que justificam esta inversão da tendência de desaceleração se prendem com o impacto favorável, sobre a confiança e sobre os mercados financeiros, da atuação das instâncias europeias em resposta à crise da dívida soberana, e com a crescente procura interna dos países emergentes e em vias de desenvolvimento.

De acordo com o FMI, a Zona Euro contraiu 0,4% em 2012, tendo o PIB dos países periféricos caído substancialmente, nomeadamente Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Esta evolução negativa é justificada pelos efeitos da crise da dívida soberana e suas repercussões no processo de desalavancagem do setor bancário na economia real, pelo impacto das medidas de consolidação orçamental postas em prática na generalidade dos países europeus e pelo abrandamento da procura externa. As previsões do FMI apontam para a manutenção da recessão na Zona Euro, que em 2013 deverá contrair cerca de 0,2%.

Enquadrado no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que assenta numa transformação estrutural da economia através da adoção de rigorosas políticas de consolidação orçamental, Portugal registou uma queda de 3,2% no PIB,



de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). A deterioração económica da Zona Euro e o alastramento da crise da dívida soberana a outros países da Zona Euro acentuou o declínio da situação económica do país.

Em oposição à forte contração do consumo público, do consumo privado e do investimento, verificou-se um aumento relevante das exportações e a uma redução das importações. Com efeito, a balança de bens e serviços atingiu uma situação próxima do equilíbrio em 2012, esperando-se que tal seja atingido nos próximos anos, suportado por um crescimento contínuo das exportações e por uma redução das importações. A situação económica portuguesa foi ainda fortemente influenciada pelos 16,9% da taxa de desemprego, que se prevê que continue em tendência ascendente ao longo de 2013, e pela instabilidade social vivida no país.

Seguindo a tendência dos últimos anos, 2013 continuará a ser um ano de consolidação orçamental, ao abrigo do PAEF, com políticas orçamentais restritivas e de receita focalizada nos impostos sobre as famílias, contribuindo novamente para a contração do consumo público e privado. Embora seja expetável que durante o ano de 2013 se assista a uma recuperação gradual da situação económica do país face ao verificado em 2012, o PIB continuará a seguir a tendência de queda a que se assistiu ao longo dos últimos anos, prevendo-se uma contração de cerca de 2%, conforme recentes previsões do Governo português. As condições de concessão de crédito à economia mantêm-se restritivas devido ao processo de desalavancagem do setor bancário.

1.2 Linhas de Orientação Estratégica

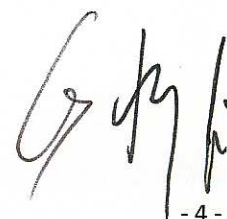
Num tempo de crise e de mudança, que nos põe problemas inéditos e nos convoca para desafios desconhecidos, a FADS teve de identificar situações de urgência e criar respostas adequadas, mantendo a consistência dos grandes princípios inspiradores da sua criação, a fidelidade à sua missão e a estabilidade das suas linhas de orientação programática.

A difícil situação económica e financeira que o país atravessa e as perspectivas pouco optimistas da sua evolução futura determinam, necessariamente, que o futuro seja visto com grande preocupação.

O grau de execução do plano de actividades, não obstante algumas variações, tem revelado, ao longo dos anos, comportamentos excelentes, algo que se torna mais vincado se o compararmos com outros exemplos de execução.

Em 2012, mantivemos esses atributos, prova inequívoca da boa-fé e do rigor que esteve na base da elaboração do plano de actividades e respectivo orçamento.

Relatar a actividade de 2012 tem, para nós, um sabor, um sentido e um significado muito especial. Estamos a falar de um ano de grandes alterações, cujos resultados, estamos convencidos, modificarão de forma radical a imagem e o sentido da FADS.



Todas as decisões tomadas, indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, decorreram da realização de diversas reuniões, destacando-se, para além das reuniões do Conselho de Administração, as reuniões mensais da Comissão Executiva, e ainda as reuniões mensais com os coordenadores de valência e departamento administrativo.

Pautámos a nossa actividade com muita prudência e segurança, quer nos actos de investimento praticados, quer na gestão diária e corrente, tentando impor uma dinâmica empresarial, especialmente no controlo de custos.

A Administração considera que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades sem fins lucrativos cuja sobrevivência depende de subsídios efectuados por outras instituições. Neste âmbito encetámos contactos com um conjunto de entidades no intuito de encontrar eventuais mecenas interessados em apoiar e/ou partilhar este projecto.

É intenção da Fundação expandir a sua actividade, quer no apoio à infância, quer na prestação de cuidados de saúde, sempre em articulação com as respectivas autarquias ou outras entidades abertas a parcerias que tenham em vista a resolução de quaisquer problemas de índole social.

Estudámos e analisámos em profundidade todos os apoios que foram criados pela segurança social e outras instituições, no intuito de expandir, modernizar e diversificar a nossa actividade.

Respondendo às recomendações da Segurança Social continuámos a preparação do processo de gestão da qualidade. Pretende-se preparar uma futura certificação da instituição.


O ano de 2012 foi um ano de realizações e de apostas de futuro.

1.3 Respostas Sociais Actuais

No ano de 2012 efetuámos a gestão de 6 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 492 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Valência	Ocupação Atual	Utentes Comparticipados
Creche Faro	68	68
Jardim Infância Faro	75	74
ATL	150	150
Creche Olhão	40	24
Jardim Infância Olhão	75	50
Creche Montenegro	84	66
Total	492	432

Tabela n.º 1 – Ocupação durante o ano de 2012


 - 5 -

A Administração continuou atenta à conjuntura que envolve o ATL, sabendo que, caso surjam em Faro as infra-estruturas necessárias para atender às normas do Ministério da Educação, será necessário repensar o futuro desta valência, pois não fará qualquer sentido a existência de ATL's nos actuais moldes. Estamos atentos à construção da Escola EB1 da Lejana que já está em fase de construção. Dado o atual estado da construção não se espera que a mesma esteja aberta no próximo ano letivo.

De referir a grande procura que houve para o ano lectivo de 2012/2013. Voltaram a existir listas de espera, tal como em anos anteriores. Desde 2010 que recebemos diversas inscrições *online*.

1.4. Respostas Sociais Futuras

1.4.1 Unidades de Cuidados Continuados Integrados (UCCI's)

Materializando a vontade de diversificar a actividade, em Junho de 2010, foram assinados dois contratos de apoio financeiro com a Administração Regional de Saúde do Algarve, para a execução de duas UCCI's (Unidades de Cuidados Continuados Integrados), uma no concelho de Faro e outra no concelho de Monchique, com a lotação de 41 e 30 camas, respectivamente. Por cada contrato assinado foi atribuído um subsídio para investimento no valor de 750.000,00 euros.

A construção da UCCI de Estoi iniciou-se em Dezembro de 2010 prevendo-se a sua conclusão no final de Abril de 2013. A obra é financiada pela ARS, ao abrigo do programa modelar, e pelo Banco Espírito Santo (BES).



Imagem n.º 1 – UCCI de Estoi



Desde a submissão da candidatura ao programa modelar, em 2009, até o momento, foram várias as variáveis que se alteraram:

- Aumento do custo de construção previsto;
- Aumento anual nulo, ou inferior à inflação, da comparticipação do estado para exploração;
- Aumento do *spread* considerado;
- Aumento da taxa de Segurança Social e dos custos previsíveis de funcionamento;
- Dificuldade em estabelecer um contrato de gestão da UCCI com entidades externas.

Todas estas condicionantes aliadas à difícil situação económica e financeira que o país atravessa e as perspectivas pouco optimistas da sua evolução futura, obriga-nos a pautar a nossa actividade com muita prudência. A Gestão da UCCI será executada pela Fundação e estão a ser tomadas todas as medidas necessárias para cumprir este objetivo.

A abertura da unidade está prevista para o 1.º semestre de 2013. Esta abertura depende de um conjunto de autorizações de diversas entidades e da assinatura do contrato de exploração com a ARS Algarve e o Instituto de Segurança Social I.P. Têm sido feitos todos os esforços, junto das respetivas entidades, para a assinatura do respetivo contrato. Até ao momento não temos uma data previsional para a assinatura do mesmo.

Atualmente estão a ser tratados os seguintes assuntos relacionados com a abertura da unidade:

- Regulamento interno, guia de acolhimento, manual de procedimentos, manual de qualidade, etc.
- Abertura de concursos para diversas funções;
- Preparação de plano de formação interno;
- Aquisição de equipamento hospitalar;
- Aquisição de outros equipamentos/materiais (roupa, consumíveis hospitalares, etc.);
- Acordos diversos (farmácias, ambulâncias, etc.)

A construção da UCCI de Monchique foi suspensa após despacho do gabinete do Secretário de Estado da Saúde. O Financiamento do estado foi suspenso para todas as unidades que ainda não tinham iniciado a construção.



1.4.2 Jardim de Infância do Montenegro

Após o insucesso dos inúmeros contactos desenvolvidos com a autarquia de Faro para a cedência do terreno contíguo ao da creche, como plano de contingência, foi solicitado ao gabinete de arquitectos que estudasse a hipótese de construir o jardim-de-infância no espaço da creche.

Temos a convicção que a construção do jardim-de-infância é importante para a sustentabilidade da creche. Porém, a atual situação económica e financeira, leva-nos a encarar este investimento com muita prudência.

Com base neste projeto e nos orçamentos solicitados elaborou-se um estudo de viabilidade económica e financeira e solicitou-se um pedido de financiamento à banca. Sem financiamento externo a obra não será possível.

1.5 Actividades Culturais

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, continuámos a contribuir de uma forma activa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops* e exposições.

A Fundação, tal como em anos anteriores, deu a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

As actividades promovidas tiveram também uma vertente formativa, direccionada numa primeira fase para as famílias. Posteriormente poder-se-á abrir a profissionais da educação, grupos específicos e comunidade em geral.

1.6 Manutenção de Imóveis

Tendo como objectivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição, investimos na manutenção e reparação de todos os imóveis, quer sejam nossos ou cedidos pelos Fundadores, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais.

Tal como em anos anteriores, contámos com o apoio da MCH Gestão de Empreendimentos Habitacionais e com a Clean Construction S.A.

Foram efectuados os seguintes trabalhos de reabilitação/melhoramento nas valências:



- Reabilitação da Creche de Faro;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Faro;
- Reabilitação da Creche de Olhão;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Olhão;
- Reabilitação do ATL.

1.7 Marketing

Foi elaborado um plano de comunicação com o objectivo de que a comunidade consiga reconhecer a Fundação como uma entidade que presta apoio à infância e juventude. O aumento de reconhecimento e visibilidade é muito importante para conseguir o apoio de mecenas e financiadores para projectos futuros que a instituição esteja envolvida.

Pretendemos que o site seja um meio de comunicação entre a fundação e os actuais e futuros utentes. Também já marcamos presença nas redes sociais.

Continuámos a organizar um conjunto de eventos com o intuito de dar notoriedade e ainda melhorar a imagem externa da Fundação.

1.8 Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer laborem ou dirijam a Fundação, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores.

A Administração confia em todos os que trabalham na Fundação, mas apelou constantemente para que exerçam um apertado e persistente auto-controlo, que evite o desperdício de recursos.

Em 31 de Dezembro de 2012, a Fundação tinha 98 colaboradores distribuídos pelas diversas valências. Apresentou um reduzido número de entradas e saídas. Cerca de 65% dos colaboradores são efetivos e 20% concluíram o ensino politécnico ou superior.

Procurámos intensificar a formação profissional nas áreas consideradas fundamentais ao bom desempenho profissional. O programa de Formação gerido pelo POPH aprovado para o período 2010-2012 foi executado com sucesso. Em 2012, foi aprovada mais uma candidatura a um novo programa de Formação gerido pelo POPH. Tal facto permite à Fundação beneficiar, até 2014, de 4.125 horas de volume de formação. Tal volume corresponde aproximadamente a 8 ações de formação de 25 horas.



Formações realizadas ao abrigo do POPH durante 2012:

Formação	N.º Formandos	Duração
Aplicações de Apresentação Gráfica	15	50 Horas
Introdução à Informática	20	25 Horas
Introdução à Informática	15	25 Horas

Tabela n.º 2 – Formações realizadas em 2012

Para além destas formações foram efetuadas diversas formações no posto de trabalho diretamente pelos nossos colaboradores mais experientes e em várias funções.

A Fundação mantém o seu interesse pelas Comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, possibilitámos, tal como em anos anteriores, diversos estágios aos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e de outras instituições. Alguns destes estagiários têm sido contratados posteriormente.

1.9 Análise Económica

A continuidade da política de controlo de gastos, associada a um crescimento moderado dos rendimentos, permitiu que a Fundação apurasse neste exercício um resultado positivo de 1.569,88 euros. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi de 121.444,73 euros.



Gráfico n.º 1 - Evolução do Resultado Líquido

Os rendimentos ascenderam a 1.708.043,55 euros, registando um acréscimo global de 1.2% face a 2011. Em relação aos gastos verificou-se um crescimento na ordem dos 1.9% relativamente ao ano anterior.



Os gastos com o pessoal mantêm-se como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da FADS, representado 71% dos gastos totais. De seguida apresenta-se a estrutura de gastos em 2012.

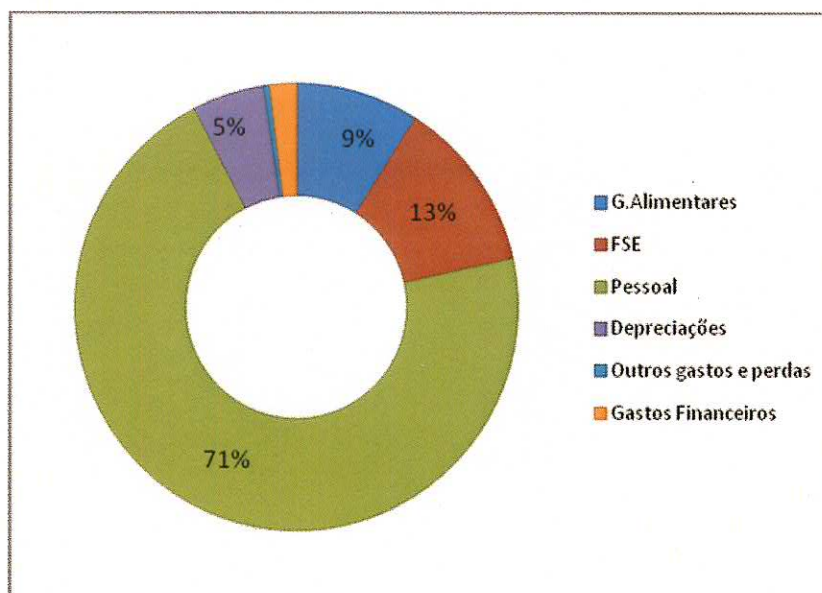


Gráfico n.º 2 - Estrutura de gastos

Do total dos rendimentos da instituição, 71% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal. Na tabela seguinte pode-se observar a evolução do peso de gastos e rendimentos desde 2004.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Gastos com Pessoal / total rendimentos	70%	75%	69%	75%	74%	72%	68%	69%	71%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	9%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	9%
FSE / total rendimentos	14%	13%	12%	10%	9%	11%	13%	13%	12%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	61%	62%	63%	61%	61%	63%	62%	59%	58%
Comparticipações / Gastos com Pessoal	77%	71%	81%	72%	71%	73%	75%	82%	77%
Mensalidades / gastos totais	43%	45%	46%	46%	45%	46%	43%	41%	41%
Comparticipações / gastos totais	54%	52%	58%	54%	53%	53%	52%	56%	55%

Tabela n.º 3 - Indicadores Diversos

As mensalidades recebidas são suficientes para fazer face a 58% dos gastos com o pessoal e apenas 41% dos gastos totais, o que reforça a grande dependência da instituição de subsídios atribuídos por terceiros.

1.10 Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objectivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos.

No seguimento deste objetivo, a empresa Uniself é desde Setembro de 2012, o nosso parceiro para fornecimento e gestão de consumo de géneros alimentares. Foi possível efetuar economias de escala mantendo a qualidade da nossa oferta. Este acordo permite-nos reduzir o valor do consumo de géneros alimentares, diminuindo o trabalho administrativo, incluindo ainda o serviço de HACCP.

Durante o ano de 2012 foi renegociado um conjunto de contratos com prestadores de serviços permitindo à FADS poupanças consideráveis sem perda da qualidade do serviço.

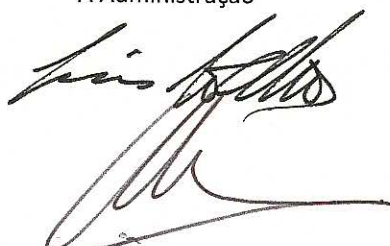
1.11 Agradecimentos

Ao concluir este Relatório de Actividades, a Administração, quer ainda expressar o seu agradecimento:

- Aos trabalhadores é justo reconhecer o trabalho e esforço realizado, a dedicação assumida nas suas tarefas, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos;
- Ao Conselho de Fundadores e aos membros dos demais Órgãos Sociais;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro;
- A Câmara Municipal de Faro;
- À Câmara Municipal de Monchique;
- Ao Banco Espírito Santo, S.A. e GASCAN – Gases Combustíveis, S.A. pelos donativos atribuídos;
- Ao Banco Espírito Santo e Caixa Geral de Depósitos enquanto instituições financeiras que apoiam o projecto da Fundação;
- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica as contas;
- Aos restantes fornecedores de Produtos e Serviços.

Faro, 12 de Março de 2013

A Administração




2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2012

RUBRICAS	Datas	
	31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	5,882,386.29	3,464,241.60
Bens do património histórico e cultural		
Propriedades de investimento		
Activos intangíveis	1,645.60	1,851.30
Investimentos financeiros	550.04	550.04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Subtotal	5,884,581.93	3,466,642.94
Activo corrente		
Inventários		
Clientes		
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros Entes Públicos	184,675.77	19,650.95
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Outras contas a receber	457,434.81	913,287.92
Diferimentos	814.01	1,262.88
Outros activos financeiros		
Caixa e depósitos bancários	318,039.50	234,209.63
Subtotal	960,964.09	1,168,411.38
Total do activo	6,845,546.02	4,635,054.32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	239,423.00	239,423.00
Excedentes técnicos		
Reservas	788,803.74	788,157.64
Resultados transitados	19,979.43	7,703.40
Excedentes de revalorização		
Outras variações nos fundos patrimoniais	1,250,192.06	1,266,502.73
Resultado Líquido do período	1,569.88	12,922.13
Total do fundo do capital	2,299,968.11	2,314,708.90
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões		
Provisões específicas		
Financiamentos obtidos	3,311,911.85	
Outras contas a pagar	361,288.17	
Subtotal	3,673,200.02	0.00
Passivo corrente		
Fornecedores	36,840.34	13,261.14
Adiantamentos de clientes		
Estado e outros Entes Públicos	55,670.38	54,403.65
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Financiamentos obtidos	297,863.60	1,378,680.42
Diferimentos	294,055.35	323,460.89
Outras contas a pagar	187,948.22	550,539.32
Outros passivos financeiros		
Subtotal	872,377.89	2,320,345.42
Total do passivo	4,545,577.91	2,320,345.42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	6,845,546.02	4,635,054.32

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2012	2011
Vendas e serviços prestados	697,738.79	685,869.82
Subsídios, doações e legados à exploração	936,823.00	946,443.45
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-153,490.00	-129,056.42
Fornecimentos e serviços externos	-213,215.56	-218,723.11
Gastos com o pessoal	-1,209,317.97	-1,160,211.03
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	70,763.13	53,267.27
Outros gastos e perdas	-7,856.66	-41,268.14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	121,444.73	136,321.84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-88,863.57	-88,854.18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	32,581.16	47,467.66
Juros e rendimentos similares obtidos	2,718.63	2,628.35
Juros e gastos similares suportados	-33,729.91	-37,173.88
Resultados antes de impostos	1,569.88	12,922.13
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período	1,569.88	12,922.13




3. PROPOSTA

A Administração da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social apresenta ao Conselho de Fundadores a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2012;
2. Que os resultados obtidos no montante de 1.569,88 euros tenham a seguinte aplicação:
 - a) A importância de 78,49 euros para Reserva Legal;
 - b) A importância de 1.491,39 euros para Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores da Fundação e a todas as entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2012, sem os quais a gestão relatada não podia ter sido possível.

Faro, 19 de Março de 2013

A Administração



4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Fundadores:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos apresentar ao Conselho de Fundadores o nosso Relatório sobre a acção fiscalizadora que exercemos na FUNDAÇÃO ALGARVIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e o nosso Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, que nos foram entregues pelo Conselho de Administração para apreciação e parecer.
2. Durante o ano, acompanhámos com regularidade a actividade desenvolvida pela Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração todos os elementos e esclarecimentos necessários ao exercício das nossas competências.
3. No desempenho da nossa acção fiscalizadora, procedemos à verificação dos livros, registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte, tendo prontamente recebido dos serviços a colaboração necessária.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação das Contas emitida pela Sociedade de Revisores de Contas, com a qual manifestou a sua concordância.
5. O Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se elaborados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais complementados com as Notas explicativas traduzem com veracidade a situação financeira e patrimonial da Fundação.
6. Face ao exposto e tendo verificado que a Fundação foi administrada de acordo com a lei e os estatutos, somos de parecer:
 - a) Que aproveis o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2012.
 - b) Que aproveis o Relatório da Administração e a proposta de aplicação de resultados.

Faro, 21 de Março de 2013

O Conselho Fiscal




5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



**Domingos Barão
José Silva & Daniel Vicente**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição na OROC N.º 108
Contribuinte N.º 502 963 849

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela Administração da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Instituição, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, são suficientemente esclarecedores da situação da Instituição e satisfazem as disposições legais em vigor.

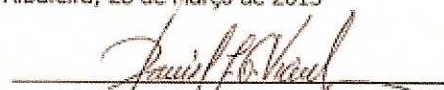


PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Albufeira, 28 de Março de 2013



Domingos Barão, José Silva & Daniel Vicente, SROC n.º 108

Representada por Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041

6. CERTIFICAÇÃO LEGAS DAS CONTAS



**Domingos Barão
José Silva & Daniel Vicente**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição na OROC N.º 168
Contribuinte N.º 502 903 848

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 6.845.546 euros e um total de fundo de capital de 2.299.968 euros, incluindo um resultado líquido de 1.570 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



**Domingos Barão
José Silva & Daniel Vicente**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição na OROC N.º 108
Contribuinte N.º 502 903 548

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

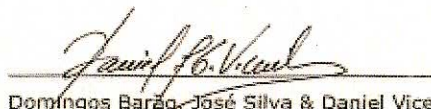
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte: Conforme referido na Nota 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2012, a título comparativo, reportadas a 31 de Dezembro de 2011, foram reexpressos no âmbito da adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL, divergindo por isso dos constantes das contas elaboradas segundo o referencial contabilístico anterior com referência a esse período. O Balanço reportado a 31 de Dezembro de 2011, anterior à reexpressão, apresentava um total de fundo de capital no montante de 1.048.206 euros face ao valor agora reexpresso no montante de 2.314.709 euros.

Albufeira, 28 de Março de 2013



Domingos Barão, José Silva & Daniel Vicente, SROC n.º 108
Representada por Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041